

PROCESSO CONSTITUCIONAL. DEVIDO PROCESSO  
LEGAL E AS FUNÇÕES DO ESTADO DEMOCRÁTICO

*Leonardo Campos Victor Dutra* || 19

A REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES  
CONSTITUCIONAIS E O ACESSO À JURISDIÇÃO

*Moema Barros Brant* || 48

A FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DAS DECISÕES  
JUDICIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Renato Lacerda do Couto* || 61

PARTE COMO INSTITUTO DO  
PROCESSO CONSTITUCIONAL

*Rosemiro Pereira Leal* || 76

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

*Cláudia Maria Pereira e Silva* || 81

A PRODUÇÃO LEGISLATIVA COMO ESPAÇO DE  
CONCRETIZAÇÃO DA PROPOSTA DEMOCRÁTICA

*Silvio de Sá Batista* || 92

## TEORIA GERAL DO PROCESSO

A IMPLEMENTAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO  
LEGAL. PELA OBRIGATORIEDADE DO  
JULGADOR DE ENFRENTAR TODAS AS  
QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES

*Andreza Lopes Resende Ferreira* || 105

O ARTIGO 285-A DO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL E A SUA APLICAÇÃO

*Priscila Carolino de Oliveira* || 123

ATOS DE COMUNICAÇÃO JUDICIAL E A NECESSIDADE  
DE EVOLUÇÃO QUANTO AO USO DE NOVOS  
MECANISMOS PARA SUA REALIZAÇÃO

*Sérgio André da Fonseca Xavier* || 132

REPERCUSSÕES DA SÚMULA VINCULANTE NO  
CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

*Juliana Assunção Lima* || 142



O TRATAMENTO PROCESSUAL DIFERENCIADO  
DA FAZENDA PÚBLICA: UMA ANÁLISE À LUZ  
DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NO  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Sarah Pedrosa de Camargos Manna* || 157

PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO E  
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

*Roberto Oliveira Araújo Silva* || 168

A COMPETÊNCIA PARA AÇÕES QUE VISAM  
AO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO EM FACE DE  
ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

*Carolina de Souza Mendonça* || 180

A COISA JULGADA NO MODELO DE ESTADO  
DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Carla R. Clark C. Z. Freitas e Sérgio Henriques Zandoná Freitas* || 191

## PROVA

A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ E A  
REJEIÇÃO LIMINAR DA PROVA NO ESTADO  
DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Janaina Cristine Pinto Diniz* || 223

A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO  
DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA

*Leonardo Santos Magalhães* || 234

A VALORAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DO INSTITUTO  
DA PROVA COMO FUNDAMENTOS PARA  
LEGITIMAÇÃO DO PROVIMENTO FINAL

*Thiago Cimini de Faria e Sousa* || 247

## TUTELAS E CAUTELARES

TUTELA ANTECIPADA E AS GARANTIAS  
DO DEVIDO PROCESSO

*Márcia Eustáquio Ferreira* || 263

A TUTELA DE URGÊNCIA NO  
ANTEPROJETO DO NOVO CPC

*Renata Nascimento Borges* || 275

AÇÃO MONITÓRIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA

*Karine Antunes Lopes* || 287

PROCESSO DE EXECUÇÃO

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EMENDA  
CONSTITUCIONAL N. 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009

*Maria Christina de Faria* || 305

BREVES LINHAS ACERCA DA PENHORA

*Geraldo Antônio da Silva* || 314

PRECATÓRIOS E COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA  
PELA FAZENDA PÚBLICA: (IN)COMPATIBILIDADE  
COM O MATIZ CONSTITUCIONAL

*Nair Cristina Corado Pimenta de Castro* || 323

NATUREZA JURÍDICA DO ART.7, II, DA LEI 12.016/09:  
UM ESTUDO A PARTIR DAS PRERROGATIVAS  
PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA

*Gerson Leite Ribeiro Filho* || 340

O INTERESSE PÚBLICO NA EFETIVIDADE  
DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA  
CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

*Gabriela Campos Silva* || 353

RECURSO CIVIL

EFEITO INTERRUPTIVO DOS EMBARGOS  
DE DECLARAÇÃO INADMISSÍVEIS

*Larissa Couri Soares de Moura* || 369

DA NECESSIDADE DE REITERAÇÃO DE RECURSO  
INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO  
DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

*Paulo Gustavo de Freitas Castro* || 381

JULGAMENTOS DÍSPARES ENTRE O PROVIMENTO  
DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO  
E A RETRATAÇÃO DO JUIZ A QUO

*Rodrigo Campos de Matos* || 389



O RECURSO EXTRAORDINÁRIO: A REPERCUSSÃO  
GERAL EM FACE DA COISA JULGADA INDIVIDUAL

*Rafaela Álvares e Silva* || 398

UMA VISÃO CRÍTICA DA UTILIZAÇÃO,  
PELOS TRIBUNAIS ESTADUAIS, DAS REGRAS  
DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS  
DESTINADOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

*Letícia Moraes Seder Souza Amaral* || 407

## PROCESSO COLETIVO

OS EFEITOS DA SENTENÇA NO PROCESSO COLETIVO

*Gabriela Oliveira Freitas* || 421

ALCANCE TERRITORIAL DAS DECISÕES  
NOS PROCESSOS COLETIVOS

*Tiago Felipe da Silva* || 434

A COISA JULGADA NAS AÇÕES  
COLETIVAS DE CONSUMO

*Karolina Cristina Gomes Chaves* || 446

## PROCESSO TRIBUTÁRIO

A JURIDICIDADE DA EVASÃO E DA ELISÃO  
FISCAL E OS CRITÉRIOS LEGAIS PARA O SEU  
RECONHECIMENTO NO DIREITO PÁTRIO

*Geizilaine Camila da Silva Rezende* || 463

## PROCESSO DO TRABALHO

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA  
DO "COMUM ACORDO" NOS DISSÍDIOS  
COLETIVOS DE NATUREZA ECONÔMICA

*Jussara Marquezini França Spataro* || 485

A PRESCRIÇÃO DO DANO MORAL DECORRENTE  
DAS RELAÇÕES DE EMPREGO

*Gabriella Molica Silveira* || 494

CONFLITO DE COMPETÊNCIA NAS AÇÕES  
MOVIDAS POR TRABALHADORES CONTRATADOS  
SOB A ÉGIDE DO INCISO IX, ARTIGO 37, DA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

*Bárbara Coutinho de Godoi Gontijo* || 503

O FORMALISMO DA JURISPRUDÊNCIA  
TRABALHISTA EM SEDE RECURSAL

*Cezar Lopes de Oliveira Junior* || 516

O ÔNUS DA PROVA NAS DEMANDAS  
PROCESSUAIS TRABALHISTAS

*Marco Túlio Pinto Dias* || 524

## PROCESSO PENAL

DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DO  
CONTRADITÓRIO EM SEDE DE INQUÉRITO POLICIAL

*Fabírcia de Oliveira Ladeira* || 537

O CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL

*Moyara Soares Roberto Dumont* || 547

SOBRE O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA NAS  
REFORMAS PROCESSUAIS PENAIS DE 2008

*Laura Eliza Soares Antunes de Oliveira Nascimento* || 563

A LEGITIMIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA COM  
FUNDAMENTO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA  
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Elkye Capella Mercier* || 570

INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA E OS  
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

*Fábio Hiroshi Suzuki* || 583

O INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA  
SOB A PERSPECTIVA DO ACUSADO PRESO

*Maíra Silveira da Rocha Nowicki Varela* || 600

HABEAS CORPUS NO PROJETO DE REFORMA  
DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL À LUZ DO  
PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO

*Lysandro Ricoy Mathias* || 618

A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA  
MILITAR: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Paula Vilela de Souza* || 632

O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO PROCESSO PENAL

*Élida Canton Castanheira* || 646

A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA  
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Izabella Santos Almeida* || 656



## JUIZADOS ESPECIAIS

O JUS POSTULANDI NOS JUIZADOS ESPECIAIS – OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS – ILEGITIMIDADE DA CONSTRUÇÃO DO PROVIMENTO FINAL

*Mariana Guimarães Coelho* || 669

ASPECTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E SUA ADMISSIBILIDADE NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

*Marlene Aparecida Rosa de Paulo* || 680

JURIDICIDADE DO PROCESSO ELETRÔNICO: UM ESTUDO DA MATERIALIZAÇÃO DAS PROVAS ORAIS PRODUZIDAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

*Márcia Mesquita* || 693

PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E A INCONSTITUCIONALIDADE DO § 2º DO ARTIGO 6º DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Daniel Cioglia Lobão* || 710

## PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO

*Natália Possato Cunha* || 725

A NECESSIDADE DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

*Gabriel Senra da Cunha Pereira* || 735

## ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

LEI DE ARBITRAGEM: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

*Bruna Vilela de Souza Dias* || 749

A MEDIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO PARTICIPADA DAS PARTES NO PROCESSO: UMA ABORDAGEM DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE NA PERSPECTIVA DO ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

*Álvaro Henrique Teixeira Paiva* || 757

O TERCEIRO NO PROCEDIMENTO ARBITRAL

*Ana Paula Sampaio d'Andréa* || 769

A TUTELA DOS TERRITÓRIOS ESPECIALMENTE  
PROTEGIDOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO  
DE DIREITO AMBIENTAL

*Beatriz Vignolo Silva* || 783

## TÓPICOS ESPECIAIS

UNIÃO ESTÁVEL: DIREITO SUCESSÓRIO  
E QUESTÕES PROCESSUAIS

*Ronaldo Brêtas C. Dias e Suzana Oliveira Marques Brêtas* || 801

AS RELAÇÕES DE PATERNIDADE FRENTE AO  
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

*Gabriela Silveira Gontijo Vasconcelos* || 825

O PROCEDIMENTO JUDICIAL DA ADOÇÃO E SUA  
POSSIBILIDADE POR CASAIS HOMOAFETIVOS

*Deborah Melo Rubinger Queiroz* || 837

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E MÍDIA TELEVISIVA

*Renilda Batista Violante* || 850

OS LIMITES JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DOS  
PODERES INVESTIGATÓRIOS DAS CPIS

*Victor de Oliveira Garcia* || 863

A (IN) ADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO POSSESSÓRIO  
AOS CONFLITOS COLETIVOS AGRÁRIOS

*Paula Leão de Almeida* || 876

ASPECTOS JURÍDICO – INTERPRETATIVOS DO  
ARTIGO 144 DA LEI 8.213/91 - PRESCRIÇÃO

*Lenice Martins Bernardes Ferreira* || 890

A (I)LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
NA TUTELA JURISDICIONAL DA CONCESSÃO  
DE MEDICAMENTOS PELO PODER PÚBLICO

*Cláudio Roberto Ribeiro* || 903

